

SOBRE HISTÓRIA CULTURAL

Sandro da Silveira Costa*
Universidade Federal de Santa Catarina

BURKE, PETER. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. 192 pp.

Peter Burke registra, no início de seu livro, que a história cultural foi redescoberta na década de 1970 e, a partir desse momento, desfruta de uma renovação. Assim, o propósito do seu livro é analisar a redescoberta e o significado da história cultural, envolvendo, conjuntamente, duas abordagens opostas, ainda que – em sua opinião – complementares. A primeira discute a presente renovação da história cultural e os sucessivos problemas verificados no interior da disciplina; a segunda relaciona a ascensão desta corrente historiográfica à denominada “vira-da cultural” e analisa a produção teórica e textual dos historiadores culturais. Dessa forma, objetiva-se analisar a trajetória da história cultural, envolvendo possíveis co-relações com outras disciplinas e enfoques temáticos.

No primeiro capítulo, denominado *A grande tradição*, Peter Burke registra que a história cultural pode ser dividida em quatro fases: a) “clássica”; b) “história social da arte”, iniciada na década de 30; c) a redescoberta da história da cultura popular, ocorrida na década de 60; e d) “nova história cultural”, discutida a partir do quarto capítulo. O período entre os anos 1800 e 1950 pode ser identificado pelo termo história cultural “clássica”, que envolve uma “grande tradição”. Essa tradição inclui textos como *A cultura do Renascimento na Itália* (1890), do historiador suíço Jacob Burckhardt, e *Outono da Idade Média* (1919), do historiador holandês Johan Huizinga. Nesses textos, está implícita a idéia de que o historiador pinta o “retrato de uma época”. Nesse período, os historiadores culturais concentravam-se, igualmente, no estudo da história dos clássicos, que envolve um conjunto de obras-primas da arte, literatura, filosofia.

É importante destacar que durante algum tempo após a Segunda Guerra Mundial (1939–1945), os dois territórios hospedeiros da história cultural foram a Grã-Bretanha e os Estados Unidos. Esse episódio é parte integrante da história da grande diáspora da década de 30, e sinaliza a emergência de uma nova fase da história cultural, denominada “história social da arte”, assinalada anteriormente. Esse movimento atestou a migração para os EUA e Grã-Bretanha de residentes judeus da Europa Central, incluindo cientistas, escritores, músicos e acadêmi-

cos, e envolveu incentivos à história da arte, sociologia, filosofia. Portanto, fomentou entre os estudiosos britânicos e norte-americanos, uma consciência mais apurada da relação entre cultura e sociedade.

A idéia de “cultura popular” ou *Volkskultur* se originou no mesmo local e momento onde se desenvolveu o conceito de “história cultural”: a Alemanha do final do século XVIII. Entretanto, sua nova fase, atestada a partir da década de 60, é associada à publicação de textos importantes, notadamente no campo da história social. Neste ponto, destaca-se *A formação da classe operária inglesa* (1963), de Edward Pawmer Thompson. A redescoberta da história da cultura popular, na década de 60, envolveu críticas à ênfase sobre a idéia de cultura tradicional, centrada no estudo dos estratos sociais elitistas e, igualmente, satisfizes a necessidade de compreender o cambiante mundo de mercadorias, publicidade e televisão.

No segundo capítulo, *Problemas da História Cultural*, Peter Burke discute as principais limitações e problemas verificados junto à história cultural “clássica”. Nesse sentido, o autor registra que o primeiro problema se refere à maneira pela qual as evidências são tratadas pelos clássicos da história cultural. Desse modo, o historiador deve resistir à tendência em tratar os textos e imagens de um determinado período histórico como espelhos, reflexos não problemáticos de seu tempo.

O segundo problema relaciona-se ao fato de que, assim como seus colegas de história política ou econômica, os historiadores culturais devem praticar a crítica das fontes, dirigindo questionamentos sobre os propósitos de determinado texto ou documento histórico.

Outro problema para os historiadores da cultura popular é definir se devem ou não incluir as elites. Quanto a esse aspecto, Peter Burke argumenta que as elites da Europa Ocidental, no início dos tempos modernos, eram “biculturais”, pois participavam da “cultura popular” e, também, da cultura erudita, da qual as pessoas comuns estavam excluídas. Portanto, a maneira mais apropriada é empregar os dois termos sem tornar muito rígida a oposição binária, enfocando-os de maneira mais ampla. Finalizando este capítulo, o autor registra que a definição do termo cultura é problemática, pois, “em geral, é usado para se referir à ‘alta cultura’”, “às artes e às ciências” (pp. 42-43). Posteriormente, incluiu a cultura popular. Todavia, na última geração, a palavra se refere a uma ampla gama de artefatos: imagens, ferramentas, casas; e práticas: conversar, ler, jogar.

A terceira parte, *A vez da antropologia histórica*, enfoca a virada em direção à antropologia, aspecto que caracterizou a prática da história cultural entre as décadas de 60 e 90. Nesse período, muitos historiadores, especialmente na França, nos EUA e na Grã-Bretanha, freqüentaram seminários de antropologia e tomaram de empréstimo alguns conceitos e construíram uma abordagem identificada como “antropologia histórica”. O interesse por cultura, história cultural e “estudos culturais” se

tornou progressivamente nítido nas décadas de 80 e 90. Entretanto, essa virada cultural produziu efeitos distintos nas diferentes disciplinas. Quanto à história, por exemplo, seus profissionais habituaram-se a empregar os seguintes termos e expressões: “cultura da imprensa”, “cultura de corte”, “cultura do absolutismo”, “cultura do amor”, termos, em sua maioria, referentes aos títulos de livros publicados na década de 90. Assim, o autor sinaliza que, atualmente, estamos a caminho da história cultural de tudo: sonhos, comida, emoções, memória, gesto, humor.

Qual a razão para a crescente demanda em relação à antropologia manifestada pelos historiadores, especialmente da Europa Ocidental e dos EUA, entre as décadas de 60 e 90? Muitos dos principais historiadores culturais do final do século XX – Emmanuel Le Roy Ladurie e Daniel Roche na França, Natalie Davis e Lynn Hunt nos EUA, Carlo Ginzburg na Itália, dentre outros – “originalmente se definiam como historiadores sociais e admiradores de Marx, quando não marxistas propriamente” (p. 56). Entretanto, a partir do final da década de 60, esses historiadores voltaram-se para a antropologia para obter uma maneira alternativa para vincular cultura e sociedade, privilegiando interações possíveis entre esses campos. O aumento do interesse pela cultura popular tornou a antropologia ainda mais relevante para os historiadores. Entretanto, o conceito amplo de cultura, aplicado pelos antropólogos, é outro atrativo, vinculando o estudo dos símbolos à vida cotidiana, aspecto explorado pelos historiadores sociais.

No capítulo quatro, intitulado *Um novo paradigma?*, Peter Burke enfatiza a idéia de que a “nova história cultural” (NHC) representa um novo paradigma ou modelo de produção histórica. A expressão “nova história cultural” entrou em uso no final da década de 80 e corresponde à forma dominante de história cultural praticada atualmente. De outro modo, sinaliza um modelo para a prática “normal” da qual decorre uma tradição de pesquisa. A palavra “nova” distingue a NHC das outras formas de história cultural, discutidas anteriormente. Por outro lado, a palavra “cultural” distingue-a das histórias social e intelectual, enfatizando mentalidades, suposições, sentimentos. Consideramos que essas explicações são importantes e necessárias, pois nos oferece maior clareza quanto à definição e às características da “nova história cultural”, contribuindo para diferenciá-la da idéia de história cultural, abordada, igualmente, neste estudo.

A seguir, Peter Burke procede à discussão de temáticas abordadas pela NHC. Dentre estas, destacam-se as práticas e as representações, que, segundo o autor, representam alguns dos paradigmas da NHC. A história das práticas constitui uma área dos escritos históricos recentes afetada pelas teorias social e cultural. Procedese, portanto, à história das práticas religiosas, da fala, do experimento, diferenciando-se, respectivamente, do estudo da teologia, da lingüística e da teoria científica. Com relação à idéia de representação, Peter Burke registra que as várias formas de re-

apresentação: literárias, visuais ou mentais, foram estudadas, especialmente, nas últimas duas ou três décadas. Dentre os historiadores que se destacaram no estudo das representações, encontra-se Roger Chartier que escreveu, dentre outros textos, *A história cultural: entre práticas e representações* (1988).¹ Outra forma de NHC que atualmente se encontra em expansão é a história da memória. O interesse pelo tema foi revelado pelo lançamento, entre os anos de 1984 e 1993, do conjunto de sete volumes publicado por Pierre Nora com o título *Lês Lieux de mémoire*, dedicado ao estudo da “memória nacional” na França.

Outro domínio da NHC que, atualmente, desfruta de posição privilegiada, é a história do corpo. A partir do início da década de 80, uma corrente de estudos concentrou-se nos corpos masculino e feminino; no corpo como experiência e símbolo; nos corpos desmembrados, atléticos, dissecados. O aumento do interesse pela história do corpo segue paralelo ao interesse pela história do gênero. Destacam-se, neste campo, as figuras de Joan Scott e Thomas Laqueur. A primeira é autora, dentre muitos outros textos, de *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* (1990), e *História das Mulheres* (In: *A Escrita da História*, 1992). Thomas Laqueur escreveu, especialmente, *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud* (2001).

Neste capítulo, Peter Burke objetivou oferecer aos leitores uma idéia da variedade de abordagens e temáticas discutidas pela NHC. A realização coletiva operada nas últimas duas ou três décadas é considerável, e o movimento torna-se mais impressionante quando considerado em sua totalidade. Nesse sentido, é inegável que, na última geração, ocorreu um deslocamento ou virada coletiva no exercício da teoria e prática da história cultural,² o que pode ser interpretado como “uma mudança de ênfase [ou] uma reforma da tradição, mais que uma revolução” (p. 98).

No quinto capítulo, intitulado *Da representação à construção*, Peter Burke registra que a idéia de “representação”, discutida anteriormente, é central para a NHC. Em decorrência, tornou-se comum pensar e falar em “construção” ou “produção” da realidade por meio de representações. Entretanto, o autor sinaliza que não é difícil apontar explicações sociais para a virada ao “construtivismo”, ocorrida no final do século XX. A ascensão da “história a partir de baixo”, por exemplo, trabalhada no livro de Edward Paus Thompson *A formação da classe operária inglesa*, envolveu a tentativa de apresentar o passado do ponto de vista das pessoas comuns. O mesmo aconteceu com a ascensão da história dos colonizados na Ásia, África e América, que emergiu junto aos estudos pós-coloniais e que dirigiu seu foco para o ponto de vista das “classes subalternas”, a respeito da exploração econômica efetuada pelos países europeus e pelos EUA. De outro modo, “as categorias sociais, antes tratadas como se fossem firmes e fixas, agora parecem ser flexíveis e fluídas” (p. 107). Ou seja, nos estudos atual-

mente elaborados por antropólogos e historiadores, os termos “casta”, “tribo”, “etnia”, “classe”, “gênero”, dentre outros, não são interpretadas como categorias sociais objetivas, mas decorrentes de construção cultural, histórica ou discursiva.

É importante destacar que Peter Burke considera muito salutar a reação construtivista contra “uma visão simplificada, que considera as culturas ou grupos sociais como homogêneos e claramente separados do mundo externo” (p. 128). De qualquer forma, a idéia de construção cultural salienta, particularmente, três problemas: a) quem está fazendo a construção?; b) quais as possíveis restrições culturais ou sociais existentes?; e c) quais os processos de (re)criação embutidos na transmissão de tradições culturais? Neste ponto, Peter Burke sinaliza que a idéia de construção social se desenvolveu como parte integrante de uma reação saudável contra o determinismo social e econômico, mas, segundo o autor, “é necessário evitar o excesso de reação” (p. 129), pois os historiadores precisam explorar os limites da plasticidade cultural, limites que, embora passíveis de modificação, são também estabelecidos por fatores econômicos, políticos ou tradições culturais.

No sexto e último capítulo, *Além da virada cultural*, Peter Burke analisa os encaminhamentos futuros relacionados à NHC. De acordo com o autor, a expressão NHC era uma boa idéia quando foi cunhada no final da década de 80. Entretanto, “a novidade é um trunfo que se esgota rapidamente” (p. 131). A “nova” história cultural tem mais de trinta anos, pois o rompimento real ocorreu no início da década de 70, ou seja, uma década precedente à invenção do nome. Enquanto a produção de material inovador permaneceu alta na década de 80, ela declina gradualmente na década seguinte. O início do século XXI sinaliza um tempo de reconhecimento da NHC, em que o presente livro tem seu lugar. Entretanto, Peter Burke sinaliza que a NHC tem sido objeto de críticas sérias, e é impossível fugir às seguintes questões: chegou o tempo de uma fase ainda mais nova? Ou, essa fase já começou? O que virá pela frente será um movimento ainda mais radical, ou teremos uma reaproximação de formas mais tradicionais de história? Neste ponto, o autor aponta três cenários alternativos. O primeiro pode ser descrito como o “retorno de Burckhardt”, utilizando o nome como símbolo para o renascimento da história cultural tradicional. O segundo corresponde à expansão contínua da nova história cultural para outros domínios da história ou de outras ciências sociais. O terceiro implica “a reação contra a redução construtivista da sociedade em termos de cultura, o que pode ser chamado de ‘a vingança da história social’” (p. 132).

Neste ponto, é importante destacar que um cenário alternativo à expansão da NHC é composto pelas reações contra ela. Desse modo, a idéia de construção cultural é frequentemente associada à crença de que “qualquer coisa serve” (p. 146). A reação contra a NHC e as defesas que dela se fazem podem ser

explicadas pelas oscilações pendulares que se processam na produção historiográfica mundial; e decorre, igualmente, das fraquezas existentes no programa da NHC. Além dos limites impostos pelo construtivismo, discutidos anteriormente, há três problemas importantes: a) a definição de cultura; b) os métodos a serem seguidos na NHC; e c) o perigo da fragmentação. Quanto ao primeiro problema, é válido ressaltar que a definição de cultura se tornou, atualmente, muito inclusiva. Assim, estamos assistindo ao aparecimento de um gênero híbrido, resultante da diluição das fronteiras existentes entre as histórias social e cultural.

A NHC ampliou o território de “atuação” do historiador, incluindo novos objetos de estudo: memória, imagens, leitura, espaços, corpos. As fontes e métodos tradicionais de análise histórica não foram suficientes para suprir esses propósitos, e, portanto, Peter Burke considera que examinar temáticas – por exemplo, os rituais – por meio de um único método empobrece a história cultural. Assim, abandonados por muitos estudiosos ao longo da “virada cultural”, os métodos quantitativos mostraram sua utilidade na história cultural.³

Em terceiro lugar há o problema da fragmentação. Como visto no capítulo um, os primeiros historiadores culturais possuíam ambições holísticas. Todavia, as várias temáticas estudadas pela NHC, discutidas anteriormente, assinalam a fragmentação excessiva do campo de estudos do historiador.⁴ Neste ponto, Peter Burke considera o possível lugar, dentro da história cultural, das narrativas de acontecimentos, anteriormente associadas à história política tradicional. Atualmente, atesta-se o retorno da narrativa centrada na preocupação em analisar os contextos sócio-culturais que envolvem as pessoas comuns, salientando as maneiras pelas quais elas aplicam sentido às suas experiências e mundos. O autor considera que é possível escrever a história cultural de uma forma narrativa, muito diferente dos “retratos” relativamente estatísticos de épocas inteiras. O desafio é efetuar esse procedimento sem oferecer à história um enredo triunfalista. Desse modo, narrativas complexas, expressando multiplicidades de pontos de vista, norteadas por uma problemática, possibilitam tornar inteligíveis os conflitos e resistir à tendência à fragmentação.

Em suas considerações finais, Burke expressa que a NHC pode estar chegando ao fim de seu ciclo de vida, mas a trajetória mais ampla da história cultural ainda está em progresso. Problemas correntes continuam sem solução e novos problemas deverão surgir. De outro modo, na última geração, a história cultural foi a arena em que se desenvolveram discussões estimulantes e esclarecedoras sobre a escrita da história. Ao mesmo tempo, os historiadores culturais possibilitaram a ampliação do território da profissão.

Neste livro, Peter Burke não defendeu a idéia que a história cultural é a melhor forma de história, pois, simplesmente, é uma parte necessária do empre-

endimento histórico coletivo. Como suas vizinhas – história econômica, política, intelectual, social – essa abordagem oferece “uma contribuição indispensável à nossa visão da história como um todo, ‘história total’, como dizem os franceses” (p. 163). O autor esclarece que a recente preferência pela história cultural corresponde a um modismo intelectual, pois a “reação contra a ‘cultura’” (p. 163) é inevitável. Entretanto, deve-se garantir que “não se percam os ganhos recentes da percepção histórica – resultantes da virada cultural” (p. 163). De outro modo, os historiadores empiristas consideravam os documentos históricos simples reflexos da realidade. Além disso, desconsideravam os aspectos simbólicos ou culturais. Na última geração, os historiadores e antropólogos culturais demonstraram as fraquezas dessa abordagem positivista. Porém, Peter Burke nos esclarece que “qualquer que seja o futuro dos estudos históricos, não deve haver um retorno a esse tipo de compreensão literal” (p. 163).

Consideramos que Peter Burke efetuou, neste livro, uma análise criteriosa sobre a história cultural, discutindo suas abordagens temáticas, metodologias e intercâmbios disciplinares. Discutiu, igualmente, os alcances e limitações existentes no programa da NHC. Sem a pretensão de esgotar o tema ou propor encaminhamentos definitivos para o questionamento central do livro, o autor procurou elucidar definições quanto à expressão “nova história cultural”, esclarecendo suas especificidades junto às demais formas de produção historiográfica. De outra maneira, entendemos que Peter Burke interpretou a “nova história cultural” como uma “recente” tendência intelectual e modo peculiar de compreensão histórica, sinalizando suas contribuições e as inevitáveis críticas e reações que essa modalidade historiográfica sofre já no tempo presente, relativas, dentre outros aspectos, à excessiva fragmentação de seu campo de estudo. Afirmamos, portanto, que ao efetuar uma análise consistente e esclarecedora sobre a trajetória da história cultural, enfatizando, sobretudo, as características e os encaminhamentos futuros relativos à NHC, Peter Burke promoveu relevante contribuição para a produção e prática historiográficas.

NOTAS

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Cynthia Machado Campos. E-mail: sandrocosta31@brturbo.com.br

¹ Este livro é “composto por oito ensaios publicados entre 1982 e 1986, [e] constitui-se como resposta à insatisfação sentida frente à história cultural francesa dos anos 60 e 70, entendida na sua dupla vertente de história das mentalidades e de história serial, quantitativa” (p. 13). Podemos observar que este livro constituiu um campo inovador para a produção historiográfica atestada na década de 80. Entretanto, o livro *O que é história cultural*, objeto em apreço nesta resenha, é, igualmente, inovador

na medida em que discute, atualmente, os limites, críticas e encaminhamentos futuros dirigidos à nova história cultural, elementos estes que não eram problematizados nas décadas de 80 e 90.

² Neste ponto, apontamos como importante leitura: BURKE, Peter. *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Este livro discute, especialmente, a trajetória e as várias temáticas abordadas pela história cultural, elementos que se encontram, igualmente, no livro *O que é história cultural?*, aqui apresentado. Entretanto, este último livro é inovador na medida em que, como visto, discute, com especial atenção, os limites atestados, atualmente, pela nova história cultural e os possíveis rumos que essa corrente historiográfica – com suas várias nuances e especificidades – pode assumir futuramente. O livro analisa, também, a excessiva fragmentação apresentada, atualmente, pela NHC e os cenários alternativos à sua expansão. Esses elementos são abordados, especialmente, no último capítulo do livro, intitulado *Além da virada cultural*. (ver páginas 5 e 6 da resenha).

³ A obra do historiador francês Daniel Roche, intitulada *La culture des habits* (1989), opera uma mistura feliz de métodos quantitativos e qualitativos.

⁴ Para o aprofundamento dessa discussão, ver: DOSSE, François. *A História em migalhas: dos Annales à Nova História*. Rio de Janeiro: Ensaio, 1992.